

**“FAMILIAR DEL UNIVERSO”: ARTE EPISTOLAR E LUGAR-COMUM
NAS CARTAS FAMILIARES (1664) DE D. FRANCISCO
MANUEL DE MELO ***

Emerson TIN

RESUMO *Este trabalho tem como objetivo a leitura da Primeira parte das cartas familiares de D. Francisco Manuel escritas a várias pessoas sobre assuntos diversos, tal como impressa em sua primeira edição, de 1664, levando em conta as cinco partes mais comuns da carta, fixadas na tradição da Ars dictaminis (segundo os tratados da Idade Média e da Renascença): salutatio, captatio benevolentiae (ou exórdio), narratio, petitio, conclusio, com a valedictio e as indicações de local e data da carta.*

RÉSUMÉ *Ce travail a pour but la lecture de la Première partie des cartas familiares de D. Francisco Manuel escritas a várias pessoas sobre assuntos diversos, tel comme elle a été publiée dans leur première édition de 1664, en considérant les cinque parties plus communes de la lettre, fixées dans la tradition de la Ars Dictaminis (selon les traités du Moyen Âge e de la Renaissance): salutatio, captatio benevolentiae (ou exorde), narratio, petitio, conclusio, avec la valedictio et les indications de lieu et de date de la lettre.*

INTRODUÇÃO

Algumas das cartas de D. Francisco Manuel de Melo foram reunidas por ele próprio, ao lado de seu amigo e professor de Humanidades António Luís de Azevedo no volume intitulado Primeira parte das cartas familiares de D. Francisco Manuel escritas a várias pessoas sobre assuntos diversos, recolhidas e publicadas em cinco centúrias por Antonio Luis de Azevedo Professor de Humanidades e por elle offerecidas a illustr. doutiss. e sempre insigne Academia dos Generosos de Lisboa,

* Texto resultante da Dissertação de Mestrado, apresentada ao Curso de Teoria e História Literária do Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no dia 05 de fevereiro de 2003, sob orientação do Prof. Dr. Antonio Alcir Bernardes Pécora.

impresso em Roma em 1664. Cada uma das cartas é precedida de uma didascália, em que se encontram informações como o nome e a ordem ou posição social do destinatário, e/ou o tema da carta, e/ou o tipo de carta (p. ex., carta de galantaria, carta de negócio). Além da edição de 1664, houve uma 2ª edição em 1752, em Lisboa, “por Luís de Morais e Castro, que considera as Cartas familiares ‘uma obra das mais úteis que se têm visto’.”¹

Além dessas edições antigas, destaco a edição organizada por Maria da Conceição Morais Sarmiento, publicada em 1981 pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda, que se auto-intitula uma “edição completa”², e em que foram impressas “todas as cartas conhecidas de D. Francisco Manuel: as por ele publicadas e as descobertas posteriormente”³ Morais Sarmiento resolveu dispor as cartas em ordem cronológica, sob o argumento de que, nessa ordem, teriam mais interesse para o leitor. Não vejo razão para que da leitura das cartas em “ordem cronológica” possa resultar “muito mais interesse” para o leitor; trata-se de mais uma opção dentre tantas outras e, como intervenção numa obra que tem a sua organização própria, não deixa de ser arbitrária.

Ademais, cabe indicar ainda uma importante ressalva quanto às omissões dessa edição. A organizadora suprimiu textos de grande importância para o entendimento da obra – o que, para uma edição que se auto-intitula “completa”, é algo que não se pode aceitar –, como as Aprovações, as notas marginais ao prólogo “Aos Discretos”, de António Luís de Azevedo, em que se encontram todas as autoridades referidas no texto, e uma advertência latina “Ad Zoilos”.⁴

Quanto à crítica, a citação seguinte de *A epistolografia em Portugal*, de André Crabbé Rocha, é suficiente para dar o tom que adota em relação às Cartas familiares de D. Francisco Manuel:

Para o público actual, o óbice maior à leitura das cartas de D. Francisco Manuel de Melo reside precisamente naquilo em que mais se quis esmerar: a perpétua demonstração da sua idoneidade de discreto e a aplicada destreza em transformar qualquer pensamento – simples bem-haja ou significativo apelo – numa frase elaborada, complexa e

¹ *Apud* SARMENTO, Maria da Conceição Moares. Prefácio. In: MELO, D. Francisco Manuel de. *Cartas familiares*, prefácio e notas de Maria da Conceição Morais Sarmiento, Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1981, p.18. Infelizmente não tivemos acesso a nenhum exemplar da 2ª edição, de que só temos notícia do existente na Biblioteca do Centre Culturel Calouste Gulbenkian, em Paris.

² *Op. cit.*, p.45.

³ *Cit.*, p.27.

⁴ Zoilus foi um gramático de Alexandria, conhecido por suas críticas a Homero. Daí, passou a ser sinônimo de detratador, de mau crítico (FARIA, Ernesto. *Dicionário escolar latino-português*, Rio de Janeiro: FAE, 1992, p.591). A advertência é a seguinte: “AD ZOILIOS / Vnguibus hic vestris sit pagina quaeque notata, / At mendum his nullum est; ergo notate bonum”, o que quer dizer, em português: “AOS ZOILOS / Por vossas unhas aqui seja cada página marcada / Pelo menos para isto o erro é sem valor; logo, anotai o que é bom” (a tradução é minha).

conceituosa. Cansativo jogo malabar que nem sempre entendemos à primeira (...) Contudo, em regra é apenas o primeiro parágrafo que custa desfibrar. Rendido esse tributo à moda, à sua reputação e, quiçá, a um intuito estético de aristocrata – pois se recusava a fazer livros ‘em muitas horas para se ler em ãa hora’ (p. 517), D. Francisco Manuel solta as rédeas da sua verdadeira e exuberante personalidade, e renasce, original e humano, das cinzas dessa inútil fogueira barroca, não sem reconhecer, uma vez por outra, o verbalismo de semelhantes introitos e a necessidade de “arrimar as palavras, vindo às cousas”.⁵

Nosso objetivo é procurar ler as Cartas familiares, tal como impressas na edição de 1664, de uma forma diferente. Assim, afastando o viés biográfico adotado pela crítica romântica e positivista, pretendemos analisá-las sob a ótica da retórica epistolar, enfatizando sempre a referência a autoridades e lugares-comuns do período.

UMA LEITURA DAS CARTAS FAMILIARES

A análise que aqui pretendo realizar levará em conta as cinco partes da carta mais comuns que acabaram se fixando: salutatio, captatio benevolentiae (ou exórdio), narratio (em sentido amplo, abrangendo a narração de fatos, exposição de argumentos e digressões), petitio, conclusio (abrangendo a valedictio e as indicações de local e data da carta, quando existentes).

1. Salutatio

A maioria das cartas de D. Francisco Manuel, tal como apresentadas na edição de 1664, não apresenta salutatio. Quando muito, a saudação vem reduzida a um simples vocativo, sendo “Senhor meu”⁶ o mais comum. Por vezes, apenas “Senhor” ou “Senhora”.⁷ Mas destaco duas cartas em especial, em que a salutatio aparece um pouco mais desenvolvida.

⁵ ROCHA, André Crabbé. *A epistolografia em Portugal*, Coimbra: Livraria Almedina, 1965, pp. 159-160 (publicado posteriormente pela Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1985).

⁶ É o que vemos nas cartas I, 13 (447); I, 14 (448); I, 15 (449); I, 28 (458); I, 39 (21); I, 83 (62); I, 93 (66); II, 2 (466); II, 24 (468); II, 27 (471); II, 55 (477); II, 80 (479); III, 88 (312); IV, 15 (81); IV, 74 (357); V, 28 (488); V, 29 (489); V, 88 (508); V, 89 (435); V, 92 (511); V, 93 (512). O número em algarismo romano indica a Centúria, seguido do número da carta, relativos à edição de 1664; o número entre parênteses remete à edição de Sarmento.

⁷ Cartas I, 3 (160); II, 44 (140); II, 71 (122); II, 83 (282); II, 93 (106); III, 12 (218); III, 16 (54); III, 57 (117); III, 58 (60); III, 65 (203); III, 71 (86); III, 78 (560); III, 84 (308); III, 90 (150); IV, 49 (243); IV, 71 (79).

A primeira delas, cuja didascália reza “Ao Conde Galeazo Gualdo Priorato, sobre matérias históricas”, apresenta a seguinte saudação:

Ilustre y docto Conde Galeazo Gualdo Priorato (I, 6; 55)

Comparada às outras saudações, é bem mais formal, o que parece se explicar logo no início da carta: “yo, aunque apartado de vos en todo por larga distancia, como a natural os escribo”; e mais adiante: “paso a desear de vuestra doctrina lo que más podrá conseguir por medio de una fiel correspondencia”. D. Francisco Manuel, em toda a carta, parece justificar o seu envio, o que se explica ao se concluir que o destinatário, o Conde Galeazo, não conhecia o remetente⁸. Justifica-se, assim, a formalidade e polidez da salutatio, como o “cartão de visita” que se entrega à primeira vez que se é admitido num círculo em que se não é conhecido.

A outra carta a ser destacada é a dirigida ao Papa Inocêncio X, “manuscrita, oferecendo-lhe o primeiro volume do próprio livro [História da Catalunha]”, a única a apresentar uma longa salutatio:

Eu o menor de aqueles, que por Deus vos foram dados por filhos, entre o número de mortais, rogo a V. Santidade eterna saúde. [I, 2 (73)]

Acrescenta ainda o vocativo: “Senhor nosso”. No mais, as cartas não apresentam salutatio. Deve-se anotar, contudo, que todas as cartas coligidas na edição de 1664 apresentam uma didascália que, na ausência da salutatio, faz as

⁸ “Antes de tomar a pena para escrever, deve-se considerar a pessoa a quem se escreve e principalmente sua condição e sua dignidade, e se ele é pessoa pública ou privada, ou rico ou pobre, amigo ou não, bem conhecido ou pouco” (no original: “avant que l’en prenne la plume pour escrire, l’en doit considerer la personne a qui l’en rescript et principalement sa condition et sa dignité, et s’il est personne publicque ou priuee, ou riche ou poure, amy ou non, bien congneu ou pou.” FABRI, Pierre. *Le grand et vrai art de pleine rhétorique*, publié avec introduction, notes et glossaire par A. Héron, Genève: Slatkine Reprints, 1969, p.204; a tradução para o português é minha); “quando se tratar da primeira carta escrita a alguém, deve-se tomar cuidado para que o novo destinatário não tenha uma impressão do remetente sob algum vício, como impudência, arrogância, loquacidade, ostentação, velhacaria, afetação pedante, adulação imoderada e parasitária, escurridade, ignorância, ou imprudência” (no original: “Ideo prima epistola vehementer est elaborandum ne apud novum erga nos animum in suspicionem veniamus cuiusquam vitii aut impudentiae aut arrogantiae aut loquacitatis aut ostentationis aut vafricici aut putidae affectationis aut immodicae assentationis et parasiticae aut scurrilitatis aut imperitiae aut imprudentiae.” VIVES, Juan Luís. *De conscribendis epistolis*, in: *Selected works of J. L. Vives*, vol. III, edited by Charles Fantazzi, Leiden: E. J. Brill, 1989, p.32; a tradução para o português é minha); “se a carta for escrita a um estranho ou a um superior, deverá ser um pouco mais ampla e floreada, pois a estrita brevidade com tais pessoas não afasta o desprezo. De outro modo se com amigos ou iguais” (no original: “ut si ad ignotos aut magnates scribitur; uberior et floridior paullo epistola sit. quia stricta illa brevitatis apud hos tales non abest a contemptu. Aliter, si ad amicos aut aequales.” LÍPSIO, Justo. *Principles of letter-writing: a bilingual text of Justii Lipsii Epistolica Institutio* (Library of Renaissance Humanism), editado por R. V. Young e M. Thomas Hester, Book News, Inc., Portland, Or., p.26; a tradução para o português é minha).

vezes dela, para informar aos leitores o destinatário da carta e, algumas vezes, em síntese, o assunto de que trata. Destacam-se, por exemplo:

Ao Eminentíssimo Senhor Cardeal Mazarino, pedindo-lhe seu favor [I, 4 (161)]

Ao Reverendíssimo P. Frei Martinho do Rosário, comissário geral das Províncias de S. Francisco, sobre alguns negócios da Religião [I, 68 (169)]

Ao muito reverendo e doctíssimo Padre Mestre Frei F. D. M., Qualificador do Santo Ofício da Inquisição Romana, Catedrático de Controvérsia em o insigne Colégio de Propaganda Fide, Mestre de História Sacra em a Universidade da Sapiência [II, 42 (148)]

Cada uma das didascálias acima apresenta o nome do destinatário, que pode vir acompanhado de adjetivos característicos de sua posição e, quando necessário, um aposto explicativo das funções exercidas pelo destinatário. Em seguida, algumas delas expõem de modo brevíssimo o propósito da carta.

Nas didascálias da maioria das cartas, contudo, não encontramos o nome do destinatário, mas tão-somente um elemento definidor de sua relação com o remetente (parentesco, amizade) e/ou de sua posição social (cortesão, ministro)⁹.

Ora, a salutatio, além de expressão de cortesia e cumprimento do remetente ao destinatário, deveria adequar-se ao tema tratado na carta, como um preâmbulo a preparar o destinatário para o conteúdo da carta¹⁰. As didascálias, assim, na coleção de cartas de D. Francisco Manuel, assumem de certa maneira a função que, nas cartas, tinha a salutatio para o destinatário: nomear as partes da correspondência (ou individualizá-las sucintamente, no caso da omissão do nome do destinatário) e introduzir o assunto nela veiculado, convocando o leitor para a leitura da carta. O que, em hipótese alguma, significa que essas didascálias seriam originalmente saudações que, no processo de coleção e impressão das cartas, foram assim transformadas. As poucas cartas de D. Francisco Manuel que sobreviveram em manuscrito – e que já se achavam reproduzidas na edição de 1664 – não nos permitem maiores conclusões. Acredito tão-somente que, desde que reunidas em

⁹ Por exemplo: “A um preso. Por consolação de sua ruim sentença” [I, 22; (454)]; “A ùa parenta. Sobre negócios familiares” [V, 14 (240)].

¹⁰ É o que vemos, por exemplo, nas *Flores rhetorici*, de Alberico de Montecassino e nas *Rationes dictandi*, do Anônimo de Bolonha: “o tipo de assunto deve ser considerado, tanto que o escritor pode moldar a saudação com palavras adequadas e prescritas de acordo com a circunstância” (ANÔNIMO (de Bolonha). *The principles of letter-writing*, in: *Three medieval rhetorical arts*, tradução de James J. Murphy, Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1971, p.10; a tradução para o português é minha).

volume, as cartas abandonam sua função primordial de comunicação entre remetente e destinatário e, assim, faz-se necessário adaptar-se ao novo suporte material e, obviamente, à nova situação discursiva. Já não se trata de um destinatário a ler uma carta de um remetente, mas um leitor, virtualmente considerado, que lê diversas cartas “escritas a várias pessoas sobre assuntos diversos”, como reza o título completo da edição de 1664. Nesse sentido, as didascálias guiam o leitor, indicando-lhe cada uma das situações que as cartas originalmente contemplavam, tal como, de modo semelhante, a salutatio indicava ao destinatário, de modo a prepará-lo, o nome do remetente e o assunto da carta.

2. CAPTATIO BENEVOLENTIAE OU EXÓRDIO

Ao contrário da salutatio, a captatio benevolentiae, ou exórdio¹¹, é extensamente explorada nas cartas de D. Francisco Manuel, tal como publicadas na edição de 1664. A captatio benevolentiae se revela, por exemplo, nas:

2.1. Expressões de cortesia

A captatio benevolentiae é a parte das cartas de D. Francisco Manuel em que mais frequentemente encontram-se expressões de cortesia, de urbanidade. Em geral, essas expressões de cortesia dizem respeito ao próprio ato de correspondência:

Si todo el mundo es patria para el fuerte, porque no lo será para el sabio?
Sí es; y en fe de esta sentencia yo, aunque apartado de vos en todo por

¹¹ Definida nas *Rationes Dictandi* como “uma certa ordenação das palavras para influir com eficácia na mente do destinatário.” (ANÔNIMO (de Bolonha). *Op. cit.*, p.16); Paulo Camaldulense, em suas *Introductiones dictandi*, define o exórdio como “o discurso dirigido ao ânimo do auditório para prepará-lo convenientemente para ser ouvido com diligência” (no original: “Exordium est oratio animum auditoris idonee comparans ad audiendum cum diligentia”, PAULO CAMALDULENSE. *Introductiones dictandi*, edizione: V. SIVO, *Le “Introductiones dictandi” di Paolo Camaldolese (Texto inedito del sec. XII ex.)*, “Studi e ricerche dell’Istituto di latino”, 3 (1980), p.89. Disponível em: <http://www.uan.it/alim/elealfab.html>, ALIM (Archivio della latinità italiana del Medioevo), Unione Accademica Nazionale. Acesso em: 02 dez. 2001; a tradução para o português é minha); Tomás Capuano: “*exordium*, ou *benevolentiae captatio*, é a benigna facilidade de expressão das palavras, atraindo a atenção do auditório, observando cuidadosamente e atendendo diligentemente a dignidade e qualidade das pessoas, sejam ou não do clero” (no original: “Exordium sive benevolentie captatio est benigna verborum eloquentia, quadam attentione alliciens animos auditorum et dignitatem seu qualitatem personarum tam in clero quam extra clerum sollicitè observans ac diligenter attendens”, TOMÁS CAPUANO. *Ars dictaminis*, edizione: *Die Ars dictandi des Thomas von Capua*, kritisch erläuterte Edition von EMMY HELLER, Heidelberg, C. Winters Universitätsbuchhandlung, 1929 (Sitzungsberichte der Heidelberger Akademie der Wissenschaften. Philosophisch-historische Klasse, 1928/29, 4 Abhandlung), p.31. Disponível em: <http://www.uan.it/alim/elealfab.html>, ALIM (Archivio della latinità italiana del Medioevo), Unione Accademica Nazionale. Acesso em: 02 dez. 2001; a tradução para o português é minha).

larga distancia, como a natural os escribo. Vuestras letras bien empleadas os han hecho familiar del universo. [I, 6; (55)]

Na carta cujo trecho transcrevo acima, D. Francisco Manuel dirige-se ao Conde Galeazo Gualdo Priorato, provavelmente pela primeira vez e sem conhecê-lo¹². D. Francisco Manuel, partindo de uma hipótese em que atualiza a tópica senequista do “mundo como pátria”, e na qual podemos vislumbrar também a tópica das armas (fuerte) e letras (sabio)¹³, pretende justificar o envio da carta, ainda que apartado de seu destinatário em tudo por uma larga distância, ou seja, distante tanto fisicamente – o que se explica ainda mais pelo fato de não se conhecerem – quanto intelectualmente – pois D. Francisco Manuel adota, em relação ao Conde Galeazo, a postura de um neófito perante o mestre.

2.2. Escusa ou queixa pela falta de correspondência

Noutras cartas, a *captatio benevolentiae* se revela numa escusa ou queixa pela falta de assiduidade na correspondência¹⁴, o que pode se dar pelas maneiras seguintes:

a) a falta de correspondência se dá em razão das atribuições do remetente;

Na carta “ao M. R. P. Frei Manuel de Macedo, escusando-se lhe não haver escrito”, por exemplo, D. Francisco Manuel se reconhece mais devedor que pagador, o que, portanto, justificaria o atraso da resposta:

Como este meu estado seja mais de dever que de pagar, não estranhará V.
P. lhe haja sido tanto tempo devedor desta resposta. Eu nunca duvidei que

¹² V. o que argumentei a respeito quando discuti a *salutatio* nesta carta.

¹³ Abordarei essa tópica com um pouco mais de vagar quando virmos a *narratio*. Acrescente-se somente, nesse passo, que a formulação exposta na carta ao Conde Galeazo é bastante semelhante ao seguinte trecho do *Hospital das Letras*, posto na boca de Lípsio: “O mundo he patria do sabio, mais certa que do forte; aquelle he mais meu Payzano, que he mais erudito professor de sua sciencia, ou facultade.” No mesmo diálogo, agora pela boca de Quevedo, o tema reaparece: “Entre os sabios não ha Naçoens; donde já disse hum dos Gregos, que era Cidadão do mundo todo.” MELO, D. Francisco Manuel de. *Apologos dialogaes*, reprodução fiel do texto da edição de 1721, anotados e precedidos de um esboço bio-bibliographico do Autor por Fernando Nery, Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1920, pp.376; 399. Acrescente-se, ainda, que a formulação presente na carta ecoa um verso de *Fastos* de Ovídio (1, 493): *Omne solum forti patria est*, “toda terra é pátria para o forte”, bem como a sua repercussão noutras obras, sobretudo de Sêneca, na *Consolatio ad Helviam* (9,7): *omnem locum sapienti viro patriam esse*, “todo lugar é pátria para o homem sábio”. Para maiores detalhes, v. TOSI, Renzo. *Dicionário de sentenças latinas e gregas*, tradução de Ivone Castilho Benedetti, São Paulo: Martins Fontes, 2000, pp.266-267, sentença 558.

¹⁴ Note-se que nenhuma das formulações seguintes precisa necessariamente se referir a acontecimentos ou situações reais. A importância delas está no fato de que são adequadas ao caso, independentemente da situação fática que as teria originado.

pudesse merecer a V. P. a nova obrigação em que me pôs com aquela sua carta, da qual ainda me pruem nos ouvidos as razões com que o meu nome era ali honrado. Certo estou de que interiormente a satisfiz: ou no desejo de a satisfazer, ou em a dor de não poder satisfazê-la. Soube agora se achava V. P. em Lisboa (me alegro que com saúde) e serei mais contente quando V. P. a melhor pagar, me avise posso eu (sequer pelas ocasiões da vizinhança) empregar-me em algum seu serviço. [I, 45 (22)]

b) a falta de correspondência se dá pelo descuido do destinatário;

Por exemplo, na carta que escreve “reprendendo a um amigo do pouco que lhe escrevia”, D. Francisco Manuel cobra maior empenho de seu destinatário, que “tome por penitência” escrever-lhe um dia na semana:

Tomai, Senhor, como por penitência o escrever-me um dia na semana, porque, segundo é contra vosso natural, bem cuidado vos perdoará Deus a culpa das vezes que me não escreverdes, por aquela que me escrevais. Não tenha V. M. por de câmbio estas letras; menos custosas vos serão, sobre que hão-de ser pagas à letra vista. Boas tréguas vos tenho dado, de quatro e mais dias, sem que vos perguntasse nada; mas agora tudo o que se pergunta; e com particularidade o que mais nos importa, como a mi as lembranças de V. M. [III, 11 (19)]

c) a falta de correspondência se dá por fatos alheios à vontade do remetente e do destinatário;

É o que vemos na carta que D. Francisco Manuel escreve “desculpando-se com um amigo de lhe não responder por se haverem perdido as cartas a que havia de dar resposta”:

Uma vez que tinha ãa nova com que me alegrar, não podia ser menos senão que ela naufragasse no caminho. Afirmo a V. M., por minha liberdade e salvação, que nenhum desses papéis veio a meu poder, nem eu tive notícia da mercê que se fez a V. M. (e a nós em seu merecimento), senão há muitos poucos dias. Não seria a causa de se me não avisar o deixarem todos de se alegrar muito com ela, senão o pouco comércio que eu conservo com pessoas que mo pudessem dizer. [II, 67 (281)]

O raciocínio nesta captatio é claro: o destinatário recebeu uma mercê da qual dava notícia ao remetente por uma carta (papéis), e que seria motivo de alegria para o remetente; ora, ao remetente não se reservam alegrias; logo, a notícia não poderia chegar até ele (não podia ser menos senão que ela naufragasse no caminho). Ademais, o remetente poderia tomar ciência das notícias através de outras pessoas, não fosse “o pouco comércio” que conserva com pessoas que lho pudessem dizer.

2.3. Amplificação dos “trabalhos do cárcere”

Na maioria das cartas em que pede intercessão em seus negócios, isto é, em que procura obter favores para conquistar a sua liberdade, D. Francisco Manuel obtém a benevolência de seu destinatário através da amplificatio, que é o meio principal para conseguir a credibilidade da opinião¹⁵. Vejamos um trecho da carta enviada “à Cristianíssima Rainha Regente de França D. Ana de Áustria”:

Aquela piedade que em vosso real ânimo resplandece, havendo já alumiado sua grande monarquia, enche também de confiança o mundo todo. Aqui nas trevas dum escuro e dilatado cárcere, estou vendo, ó cristianíssima Rainha, é só vossa grandeza quem poderá vencer minha fortuna. A qual, depois de me arrastar por vários casos e gentes, me trouxe a fazer naufrágio às portas do descanso, a tempo que nem o prêmio nem o repouso me foram ilícitos. [I, 3 (160)]

D. Francisco Manuel, “nas trevas dum escuro e dilatado cárcere”, vê – alumiado pela piedade que resplandece no real ânimo da Rainha Cristianíssima, e que enche de confiança o mundo todo –, também cheio de confiança, como o mundo todo, que somente a grandeza da Rainha poderá vencer sua fortuna. A caracterização do cárcere como um locus horrendus e, portanto, importante elemento para a captatio, aparece em algumas outras cartas como, por exemplo, na carta “ao Papa Inocêncio X – Manuscrita, oferecendo-lhe o primeiro volume do próprio livro [História da Catalunha]”:

As ásperas prisões em que vivo, atalham o efeito da acesa devoção à Santa Sé e a vossa santa pessoa, com que por mi mesmo determinava ir a adorar-vos e a oferecer-vos, Santo Padre, este tão fraco dom. [I, 2 (73)]

3. NARRATIO

A narratio é a exposição dos fatos, temas e propósitos da carta. Vale lembrar que, neste trabalho, adoto um conceito amplo de narratio, incluindo, além da narração de fatos, os argumentos empregados e as eventuais digressões traçadas. Nesse ponto, destaco:

¹⁵ LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de retórica literaria*, versión española de Mariano Marín Casero, Madrid: Gredos, 1965, p.48.

3.1. A tópica do Labor limae

A tópica do labor limae, extraída da Ars poetica de Horácio, é atualizada em algumas cartas de D. Francisco Manuel, quando trata da escrita de suas obras. É o que vemos, por exemplo, na carta “ao Conde Camareiro Mor, com um livro de elogios fúnebres”:

Concertei-me com meus trabalhos para que me dessem tempo a este só exercício e alcancei-o. Sempre escrevo, mas como risco em ùa hora o que em muitos dias debuxo, luz pouco a obra. Seria bem satisfeito, se, para que depois luzisse, lhe aproveitasse esta moderação. [I, 84 (267)]

A obra “luz pouco”, apesar do constante trabalho da lima. A idéia se repete ainda na carta que escreve “escusando-se com um amigo de lhe não escrever muitas vezes”:

Luz pouco o meu trabalho, sendo que não é pouco, porque N., que me escreve, está de fresco ocupado em maior serviço, copiando uns seus cadernos de Matemática, com que eu levo melhor as faltas em que os da História ficam, pois tudo é servi-lo. [II, 65 (217)]

A obra luz pouco. Mas a obra, quando luz, exige que o leitor esteja a sua altura. É o que vemos no trecho seguinte, extraído de uma carta em que D. Francisco Manuel envia o Pantheon – poema criticado por muitos como “obscuro” – a um Conde:

Não fiz livro em muitas horas para se ler em ùa hora. [IV, 83 (365)]

Ora, do labor limae resulta a obra acabada; ao leitor cabe estar à altura dela. Afinal, como lemos no Cortesão,

se as palavras que usamos têm em si alguma obscuridade, aquele raciocínio não penetra no espírito de quem ouve e, passando sem ser entendido, torna-se inútil, o que não acontece na escrita; pois, se as palavras que utiliza o escritor carregam consigo um pouco de, não diria dificuldade, mas acuidade recôndita e menos notória do que aquelas pronunciadas comumente, elas dão uma certa autoridade maior à escrita e fazem com que o leitor se mova com mais reserva e atenção, examinando melhor, se deleitando com a engenhosidade e o saber de quem escreve, e, cansando um pouco seu bom juízo, degusta aquele prazer que se experimenta ao conseguir coisas difíceis. E, se a ignorância de quem lê é

tanta que não possa superar aquelas dificuldades, não é culpa do escritor, nem por isso se deve considerar que aquela língua não seja bela.¹⁶

3.2. Cartas consolatórias

Quanto às cartas consolatórias de D. Francisco Manuel, podemos dividi-las em dois grupos: um, que abrange as cartas de consolação em razão das adversidades da vida; o outro, com as cartas de consolação pela morte de entes queridos. Vejamos um exemplo do primeiro, a carta que escreve “a um preso”, “por consolação de sua ruim sentença”:

Ontem soube estava V. M. sentenciado (se bem não publicado o acordo; praza a Deus o tenha a sentença) e que haviam dado a V. M. algũa luz dele, causa por que eu a não dou a V. M. Muito diferente fim mereciam tantos trabalhos, mas os fins, de ordinário, correspondem aos princípios. Não está a desgraça em si senão em nós, donde já disse Plutarco que o bem ou mal que nos sucedia procedia de nós mesmos. A vida vence tudo. A constância ajuda a vida. O entendimento à constância. A virtude o entendimento, e para conseguir esta virtude que tantos bens nos faz, não há cousa como o conformar com a vontade divina. Ûa há-de ser feita nos homens: parece que é mais justo seja a de Deus que a sua própria. Não ostento discricões; não ofereço conselhos; reparto com V. M. nesta curta consideração de aquela matalotagem que há tantos dias ando fazendo à paciência, por que com menos risco suporte o largo trabalho desta navegação. [I, 22 (454)]

No trecho acima podemos reconhecer o eco de uma passagem do livro *Da Tranqüilidade da Alma*, de Sêneca (“Assim, convençamo-nos bem de que o mal do qual sofremos não vem dos lugares, mas de nós mesmos, que não temos força para

¹⁶ CASTIGLIONE, Baldassare. *O cortesão*, tradução de Carlos Nilson Moulin Louzada, São Paulo: Martins Fontes, 1997, p.48 (grifos nossos). No original: “se le parole che si dicono hanno in sé qualche oscurità, quel ragionamento non penetra nell’animo di chi ode e passando senza esser inteso, diventa vano; il che non interviene nello scrivere, ché se le parole che usa il scrittore portan seco un poco, non dirò di difficultà, ma d’acutezza recondita, e non così nota come quelle che si dicono parlando ordinariamente, danno una certa maggior autorità alla scrittura e fanno che ‘l lettore va piú ritenuto e sopra di sé, e meglio considera e si diletta dello ingegno e dottrina di chi scrive; e col bon giudicio affaticandosi un poco, gusta quel piacere che s’ha nel conseguir le cose difficili. E se la ignoranza di chi legge è tanta, che non possa superar quelle difficultà, non è la colpa dello scrittore, né per questo si dee stimar che quella lingua non sia bella.” (*Il libro del cortegiano*, introduzione di Amedeo Quondam, note di Nicola Longo, Garzanti, 9ª edição, 2000, p.67).

nada suportar: trabalho, prazer, nós mesmos; qualquer coisa do mundo nos parece uma carga.”¹⁷)

Das cartas de consolação pela morte os exemplos são bastante mais numerosos. Deve-se atentar que as cartas serão menos ou mais extensas e intensas em sua argumentação consolatória de acordo com a perda sofrida pelo destinatário. Começemos pela carta de pêsame “a Dom António de Alcáçova”:

Com muito menor desgosto que eu visse a vossa casa que este presente da morte da Senhora D. Maria, vossa Avó, tivera muito particular descontentamento; porque, como sempre vos estou desejando bens e descansos, tudo o que os contradisser me será penoso. Uma cousa acho aqui só de bem, que, se Deus nos leva uns parentes, parece que se obriga a vos dar outros. [I, 15 (449)]

Note-se que no exemplo acima a argumentação consolatória é mínima, somente lembrando ao destinatário que o remetente compartilha da dor sofrida e que, por uma lei de compensação, se Deus “leva uns parentes, parece que se obriga a vos dar outros”.

Em contrapartida, a maior das cartas de consolação é endereçada “a um Ministro amigo, que se achava em grande desconsolação pela morte de sua esposa”, que apresenta uma narratio longuíssima, em que D. Francisco Manuel expõe um a um os argumentos para a consolação do amigo desconsolado, e retoma vários argumentos que utiliza noutras cartas de consolação. O argumento mais recorrente nessa carta é o da lembrança da morte, que encontramos ainda na seguinte exortação que conclui a narratio dessa carta:

Pois, senhor, a nós os vivos (que tanto mais fácil nos será ressuscitar nos costumes e morrermos na consideração dos que falecem) quanto maior obrigação nos corre de aproveitar-nos da morte alheia, para que emendemos e melhoremos nossa vida! Quem nos detem? Quem nos engana? Quem nos persuade o contrário? Ou que outra cousa é ver acabar aqueles, que nos deram o ser, ou aqueles a quem o havemos dado, senão ensaio que a morte faz neles do que há-de obrar cedo em nós outros? [IV, 84 (411)]

¹⁷ SÊNECA, Lúcio Aneu. *Da tranqüilidade da alma*, tradução de Giulio Davide Leoni, in: *Os pensadores*, vol. V, São Paulo: Abril Cultural, 1973, II, 15, p.210.

4. PETITIO

A petítio, nas *Rationes dictandi*, é definida a parte da carta “na qual tenta-se pedir alguma coisa”. Dentre os pedidos nas Cartas Familiares, destacamos os seguintes:

4.1. Pedidos de correspondência

Em algumas cartas o que é objeto da petítio é a própria correspondência. Vemo-lo na carta endereçada a uma religiosa parente, “acusando-se de mau correspondente”:

Mande-me V. M. mui boas novas suas, e então, em virtude delas, poderei eu dar razão de mi, porque assi é razão que não saiba de mi parte, enquanto não sei parte de V. M. [V, 8 (155)]

Note-se que nessa petítio D. Francisco Manuel atualiza a fórmula de saudação antiga – *Si vales, bene est, ego valeo* – afirmando que somente poderá dar razão de si depois que tiver notícias de sua destinatária. Não somente isso, mas também se trata de uma atualização da máxima cristã de amor ao próximo: o remetente só pode saber de si, somente se preocupa consigo, depois que tem notícias do próximo, seu destinatário.

4.2. Pedidos de intercessão

Trata-se das cartas em que pede intercessão para a sua liberdade. Na carta “a Cristianíssima Rainha Regente de França D. Ana de Áustria”, por exemplo, D. Francisco Manuel pleiteia a intervenção da destinatária em favor de sua libertação:

Tão lastimosa injúria feita à minha inocência, digna empresa parece de que V. Majestade a encomende a seu incomparável valor; e saibam assi as nações estranhas alcança tanto a virtude de V. Majestade que, não só em seus reinos mas nos alheos, exercita a direcção de todas as boas obras. Bem competente é, Senhora, ache seu escudo a Justiça no braço da consorte de um Monarca que a teve por alcunha. Tudo seguirá vossa prudentíssima vontade, quando V. Majestade se haja por servida de amparar-me debaixo do gloriosíssimo seu nome, inclinando-se a interceder com uma afectuosa recomendação, para que se veja minha causa com todo o bom respeito devido à interposição de V. Majestade, e não fique sem remédio aquele que soube buscar vosso poderoso auxílio. [I, 3 (160)]

5. CONCLUSIO

A conclusio que é, segundo as Rationes dictandi, “a passagem pela qual uma carta é terminada”, nas Cartas Familiares, geralmente se apresenta como um remate da narratio, a suma da carta, equilibrando-a, estabelecendo uma espécie de relação simétrica com a didascália. Vejamos alguns exemplos. Na carta “a Jorge da Câmara, estando doente”, o tema é, por óbvio, a saúde do destinatário:

Enfim, Senhor, viver como são, perdoar como doente. Nosso Senhor, etc.
Lisboa, 27 de Junho, 1638. [I, 39 (21)]

A conclusio, iniciada por uma conjunção final – “enfim” – arremata a carta com uma espécie de máxima, condensada numa construção bimembre: “viver como são, perdoar como doente”. Segue-se a valedictio abreviada – “Nosso Senhor, etc.” – que se explica pela extrema brevidade da carta e, talvez, pela amizade dos correspondentes.

Note-se o contraste entre conclusio desta carta citada e a da escrita “ao Papa Inocência X”:

Aqui vou ora, como posso, na reverência e affecto destes papéis, que ponho em mãos de vosso ministro, o Vice Coleitor Apostólico nestes Reinos, que de mi há inteira informação. Meu juízo e crença someto à vossa verdadeira doutrina, Padre Santíssimo. O grande Deus dê a V. Santidade larga vida e perpétua assistência para o santo regimento de Sua Igreja. Escrita na Torre de Bethlem a 25 de Novembro, ano cristão 1645.
[I, 2 (73)]

A formalidade, tanto na conclusão da carta, quanto na própria valedictio, explica-se decorosamente pela autoridade do destinatário da carta.

A cortesia por excelência, porém, da conclusio, é a valedictio que, no dizer de Justo Lípio, “é do mesmo modo uma formalidade da conversação, em que desejamos bons votos ao destinatário”. A quase totalidade das cartas de D. Francisco Manuel apresenta valedictio. Algumas das cartas, contudo, apresentam a valedictio abreviada – sendo “Nosso Senhor etc.” a mais comum. Outras valedictiones destacam-se pela sua adequação ao destinatário, ou ao tema tratado na carta, ou ainda a algumas das palavras da própria conclusio. São os casos das cartas ao Papa Inocência X e à Rainha Ana de Áustria, por exemplo, a que antes nos referimos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as Cartas Familiares com base nas partes em que a carta foi dividida pela ars dictaminis, pudemos perceber que elas não são meramente o “diário truncado da sua vida na prisão”, idéia defendida por Rodrigues Lapa¹⁸, e seguida por Maria da Conceição Morais Sarmiento. Na verdade, podemos perceber que cada uma das cartas de D. Francisco Manuel deve ser considerada em si mesma, como um exemplar de um estilo determinado de compô-las.

Os contemporâneos de D. Francisco Manuel, ao contrário da crítica moderna, ressaltaram a importância do epistolário que se publicava. António Luís de Azevedo, na dedicatória à Academia dos Generosos, enfatiza “ser o único livro de cartas que se publicou em nosso idioma; o qual, por que nunca seja despojado deste privilégio, também será o último, porque depois deste pouco lugar fica à confiança para que se esperem outros.”

No prólogo “Aos Discretos”, ainda António Luís de Azevedo reforça a importância do livro: “Vi primeiro muitos volumes de Cartas que escreveram os antigos e modernos, assi latinos, como italianos e espanhóis e franceses. Confesso que nenhũas me pareceram melhores. E mais creio que me não engano, deve de ser porque de todas tem o melhor.”

O Frei Francisco de S. Agostinho Macedo, qualificador do Santo Ofício, em sua “Aprovação”, elogia a divisão em centúrias: “Andou auisado quẽ as diuidio em Centurias, e poz em armas desafiando aos mayores engenhos confiado na ventagem com que escreue.” Exatamente a disposição que é elogiada pelos contemporâneos, é desfeita nas edições modernas. Afirma ainda: “As palauras são proprias, a frase lidima, o estilo corrente. Mostra hũa belleza descuydada, fermosura sem afeites, lindeza com arrufos, que entretem sem fastio os Leytores.” O que era lido como corrente, é criticado hoje como uma “inútil fogueira barroca”¹⁹, como “defeitos da época”²⁰, como tendo “enfeite demais”²¹. A “beleza descuidada” apontada nas Cartas Familiares nada mais é que o ideal de sprezzatura, postulado por Castiglione no Cortegiano. Mas Macedo diz mais: “He o Volume hũa idea de Cartas, que serue de original a todas as copias.” As Cartas Familiares servem de modelo de imitação a quaisquer cartas.

Vejo, assim, nessas cartas de D. Francisco Manuel exatamente isto: um modelo de imitação. O tom da dedicatória de António Luís de Azevedo à Academia dos Generosos e do prólogo “aos Discretos”, bem como a “Aprovação”, parece não deixar dúvidas quanto a isso. As cartas de D. Francisco Manuel, escritas a diversas pessoas sobre assuntos diversos e reunidas em cinco centúrias por António Luís de

¹⁸ *Cartas familiares*, selecção, prefácio e notas de M. Rodrigues Lapa, Lisboa: Livraria Sá da Costa – Editora, 1937, p.XXIII.

¹⁹ ROCHA, André Crabbé. *A epistolografia em Portugal*, cit., p.160.

²⁰ SARMENTO, Maria da Conceição Morais. *Op. cit.*, p.40.

²¹ *Cartas familiares*, selecção, prefácio e notas de M. Rodrigues Lapa, cit., p.XXIV.

Azevedo apresentam-se, assim, como um conjunto de cartas, as mais variadas, em que se encontram dignos modelos de imitação, que fazem consciente e próprio uso de alguns lugares-comuns fixados pela tradição literária ocidental.

Findo aqui este artigo, aliás lançando mão de um lugar-comum – finis coronat opus²² –, tomado de empréstimo a D. Francisco Manuel, na sua jocosa reformulação: “O fim coroa a obra. E às vezes degola a cabeça que havia de coroar.” [V, 72 (498)]

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANÔNIMO (de Bolonha). (1971). *The principles of letter-writing, in: Three medieval rhetorical arts*, tradução de James J. Murphy, Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press.

CASTIGLIONE, Baldassare. (2000). *Il libro del cortegiano*, introduzione di Amedeo Quondam, note di Nicola Longo, Garzanti, 9ª edição.

_____. (1997). *O cortesão*, tradução de Carlos Nilson Moulin Louzada, São Paulo: Martins Fontes.

FABRI, Pierre. (1969). *Le grand et vrai art de pleine rhétorique*, publié avec introduction, notes et glossaire par A. Héron, Genève: Slatkine Reprints.

FARIA, Ernesto. (1992). *Dicionário escolar latino-português*, Rio de Janeiro: FAE.

LAUSBERG, Heinrich. (1965). *Elementos de retórica literaria*, versión española de Mariano Marín Casero, Madrid: Gredos.

LÍPSIO, Justo. *Principles of letter-writing: a bilingual text of Justii Lipsii Epistolica Institutio* (Library of Renaissance Humanism), editado por R. V. Young e M. Thomas Hester, Book News, Inc., Portland, Or.

MELO, D. Francisco Manuel de. (1920). *Apologos dialogaes*, reprodução fiel do texto da edição de 1721, anotados e precedidos de um esboço bio-bibliographico do Autor por Fernando Nery, Rio de Janeiro: Livraria Castilho.

_____. (1664). *Primeira parte das cartas familiares de D. Francisco Manuel : escritas a varias pessoas sobre assuntos diversos / Recolhidas e publicadas em cinco centurias por Antonio Luis de Azevedo...* – Impresso em Roma [Italia]: Na Officina de Filipe Maria Mancini.

_____. (1937). *Cartas familiares*, selecção, prefácio e notas de M. Rodrigues Lapa, Lisboa: Livraria Sá da Costa – Editora.

_____. (1981). *Cartas familiares*, prefácio e notas de Maria da Conceição Morais Sarmento, Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda.

PAULO CAMALDULENSE. (2001). *Introductiones dictandi*, edizione: V. SIVO, *Le “Introductiones dictandi” di Paolo Camaldolese (Texto inedito del sec. XII ex.)*, “Studi e ricerche dell’Istituto di latino”, 3 (1980). Disponível em: <http://www.uan.it/alim/elealfab.html>, ALIM (Archivio della latinità italiana del Medioevo), Unione Accademica Nazionale. Acesso em: 02 dez.

ROCHA, André Crabbé. (1985) *A epistolografia em Portugal*, Coimbra: Livraria Almedina, 1965 (publicado posteriormente pela Imprensa Nacional / Casa da Moeda).

²² Para maiores detalhes a respeito, v. TOSI, Renzo. *Dicionário...*, cit., p.389, sentença 828.

- SÊNECA, Lúcio Aneu. (1973). *Da tranqüilidade da alma*, tradução de Giulio Davide Leoni, in: *Os pensadores*, vol. V, São Paulo: Abril Cultural.
- TOMÁS CAPUANO. (2001). *Ars dictaminis*, edição: *Die Ars dictandi des Thomas von Capua*, kritisch erläuterte Edition von EMMY HELLER, Heidelberg, C. Winters Universitätsbuchhandlung, 1929 (Sitzungsberichte der Heidelberger Akademie der Wissenschaften. Philosophisch-historische Klasse, 1928/29, 4 Abhandlung). Disponível em: <http://www.uan.it/alim/elealfab.html>, ALIM (Archivio della latinità italiana del Medioevo), Unione Accademica Nazionale. Acesso em: 02 dez..
- TOSI, Renzo. (2000). *Dicionário de sentenças latinas e gregas*, tradução de Ivone Castilho Benedetti, São Paulo: Martins Fontes.
- VIVES, Juan Luís. (1989). *De conscribendis epistolis*, in: *Selected works of J. L. Vives*, vol. III, edited by Charles Fantazzi, Leiden: E. J. Brill.